



EDITAL

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE/BA**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, sediada na Rua João Hipólito de Azevedo, nº 40, CEP: 44245-000, Conceição do Jacuípe/BA, realizará CREDENCIAMENTO, sob a forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021; do Decreto Municipal nº 157, de 16 de maio de 2024, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, aplicando-se subsidiariamente no que couber a regulamentação federal correlata.

SÍNTESE DO OBJETO: Credenciamento para a confecção de próteses dentárias sob medida, a fim de atender à demanda da população do Município de Conceição do Jacuípe/BA.

MODALIDADE: Credenciamento para eventual contratação paralela e não excludente

FORMATAÇÃO: Eletrônica

ENDEREÇO: www.licitanet.com.br

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 195.072,00 (cento e noventa e cinco mil e setenta e dois reais).

DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS: 24/04/2026

HORÁRIO DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS: 08:00h (horário de Brasília)

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL: 12 (doze) meses

MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO: Lorena Pedreira Rocha, matrícula 826 (agente do contratação), Adailson Oliveira Ferreira, matrícula nº 913 (membro da equipe de apoio); Edval Brito de Oliveira, matrícula 29856 (membro da equipe de apoio);

Informações adicionais podem ser obtidas junto a Gerência de Licitação, Fone: (75) 3243-2604
E-mail: licitacao.conceicaodojacuipe@gmail.com



1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste procedimento é o credenciamento para a confecção de próteses dentárias sob medida, a fim de atender à demanda da população do Município de Conceição do Jacuípe/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese prevista no art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 157, de 16 de maio de 2024, caracterizando-se como procedimento paralelo e não excludente, no qual é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

1.3. O credenciamento não obriga a Administração Pública à contratação, servindo apenas como forma de formação de cadastro de fornecedores habilitados, os quais poderão ser convocados conforme a necessidade, conveniência e disponibilidade orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.

1.4. Quantitativo máximo/Especificações e valores:

ITEM	CÓDIGO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	07.01.07.0 12-9	612	Prótese Total Mandibular	R\$ 318,745098	R\$ 195.072,00
2	07.01.07.0 13-7		Prótese Total Maxilar		
3	07.01.07.0 09-9		Prótese Parcial Mandibular Removível		
4	07.01.07.0 10-2		Prótese Parcial Maxilar Removível		

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento dos interessados será realizado via rede mundial de computadores (Internet), através do sistema constante no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, a ser operacionalizado pela Comissão de Contratação nas dependências da Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe/BA, sediada na Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe, Bahia, CEP 44245-000.

2.2. Poderão participar deste procedimento os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto do credenciamento que estiverem previamente cadastrados no sistema eletrônico de que trata o subitem anterior e que atendam as condições previstas neste Edital.

2.3. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no subitem 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão participar deste credenciamento:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que esteja impossibilitada de licitar ou contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.8. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.6.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no sistema eletrônico do portal www.licitanet.com.br e encaminharão, exclusivamente por meio dele, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

3.1.1. Descrição detalhada dos fornecimentos/serviços a serem prestados, conforme objeto deste Edital;

3.1.2. Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para a execução do objeto.

3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. não se encontra impedido ou com o direito de contratar suspenso perante o Município de Conceição do Jacuípe/BA, bem como não se encontra declarado inidôneo por órgão ou entidade em qualquer das esferas de Governo;

3.5.3. até a data do requerimento inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.4. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;

3.5.5. os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O interessado deverá apresentar, junto ao requerimento de participação, as declarações de que trata o subitem 3.5 conforme disposto nos modelos anexos deste Edital – ainda que já as tenha ofertado em campo próprio do sistema eletrônico, para fins de formalização nos autos do processo administrativo.

3.7. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.8. A falsidade das declarações de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.9. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para a qualificação econômico-financeira para o consórcio em relação ao valor exigido para os interessados individuais.

4.5. A habilitação será verificada por meio do sistema eletrônico em que for realizado o credenciamento.

4.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, exclusivamente por meio eletrônico no sistema www.licitanet.com.br, conforme disposto neste Edital.

4.6.1. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal (art. 12, V da Lei nº 14.133/2021).

4.7. O órgão credenciante terá o prazo de **3 (três) dias úteis** para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.10. Se o fornecedor ou prestador de serviço for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor ou prestador de serviço for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, se exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.11. Serão aceitos registros de CNPJ de interessado matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

4.12. Aos documentos que não mencionarem prazo de validade será atribuído prazo de 60 (sessenta) dias de eficácia, contados da data de emissão, salvo disposição contrária expressa em Lei.

4.13. Os documentos comprobatórios que trata o item 4.1 deverão encontrarem-se vigentes na data do requerimento de participação no credenciamento, sob pena de inabilitação do interessado.

4.14. A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

4.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do requerimento de participação; e

4.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

4.16. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

4.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento (art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006).

5. DOS RECURSOS

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto Municipal nº 157/2024.

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em até 2 (dois) dias úteis, sob pena de preclusão;

5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico, através do sistema adotado para o credenciamento (www.licitanet.com.br), ou através do seguinte endereço de e-mail: licitacao.conceicaodojacuipe@gmail.com

5.5. O recurso será dirigido à Comissão de Contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.9. Será assegurado ao interessado vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

5.9.1. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

6. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Contratação durante o procedimento;

6.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

6.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

6.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa no decorrer do procedimento;

6.1.6. fraudar o credenciamento;

6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

6.1.7.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

6.1.7.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

6.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

6.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

6.2. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos interessados e/ou credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1. advertência;

- 6.2.2. multa;
 - 6.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, § 7º da Lei nº 14.133/2021).
- 6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021).
- 6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar e o impedirá de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos; pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
- 6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do credenciamento, nos termos do art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/2021.
- 6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir (art. 158, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

6.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o subitem anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade (art. 158, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166 da Lei nº 14.133/2021).

6.12. Caberá apenas a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

6.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br ou de e-mail encaminhado à Comissão de Contratação, através do seguinte endereço: licitacao.conceicaodojacuipe@gmail.com

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no endereço eletrônico www.licitanet.com.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste Edital.

7.5. Em caso de acolhimento da impugnação, o instrumento convocatório retificado será publicado nos mesmos meios de divulgação inicial.

7.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou ao pedido de esclarecimento é excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS E PRAZO DE VALIDADE DO CREDENCIAMENTO

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no Edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.licitanet.com.br

8.2. A validade do credenciamento para este Edital será de 12 (doze) meses, a contar da data da divulgação da lista de credenciados em que figurar o credenciado, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, durante a vigência do Edital, conforme interesse e necessidade da Administração.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, a Administração poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

- 9.2. A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e no edital de credenciamento.
- 9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 3 (três) dias úteis.
- 9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.
- 9.5. Caso o credenciado esteja impossibilitado de atender à demanda, deverá comunicar à Administração por escrito, através do e-mail: licitacao.conceicaodojacuipe@gmail.com e/ou na plataforma digital www.licitanet.com.br, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a partir da convocação. A não manifestação neste prazo autoriza a Secretaria Municipal de Saúde a convocar o próximo credenciado.
- 9.6. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
- 9.7. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de **12 (doze) meses**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.8. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 9.9. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. DOS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

- 10.1.1. Serão credenciados todos os participantes que satisfizerem às exigências contidas neste Edital.
- 10.1.2. A Comissão de Contratação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, se porventura necessários.
- 10.1.3. A convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:
- 10.1.4. Na existência de mais de uma empresa para prestação do serviço, será realizado um rodízio entre as mesmas pelo prazo de prestação do serviço de 04 meses cada, sem prejuízo suspensão do serviço em caso de finalização de saldo financeiro.
- 10.1.5. A ordem para convocação de eventual (is) empresa (as) habilitadas junto à plataforma digital será a ordem cronológica (horário e dia) de habilitação.
- 10.1.6. Os credenciados atenderão o Município em sistema de rodízio, desde que atendam ao que este edital estabelece.
- 10.1.7. Executado o serviço ou sendo chamado e não puder atender, será convocado o próximo da lista e assim sucessivamente.
- 10.1.8. Havendo mais credenciados do que a demanda da população conjacuipeense demandar o serviço de prótese bucal, poderá a Administração Pública Municipal considerar o rodízio de acordo com critérios de preferência na ordem que segue:
- 10.1.8.1. as instituições filantrópicas e sem fins lucrativos, conforme art. 25 da Lei federal nº 8.080/1990;

10.1.8.2. empresas sediadas no município de Conceição do Jacuípe/BA, vez que trará um melhor acesso ao serviço de saúde bucal;

10.1.8.3. as empresas e instituições que apresentem capacidade física instalada para atender ao maior número de próteses;

10.1.8.4. as instituições que prestam ou já prestaram serviços ao SUS.

10.1.8.5. À medida que forem deferidas novas adesões, os credenciados serão inseridos ao final da lista, obedecida a ordem de deferimento de habilitação dos docs. Junto a plataforma licitanet.

10.1.8.6. Será realizada na última segunda-feira de cada mês uma nova análise e inclusão de potenciais credenciados, desde que atendido os critérios do Edital.

10.1.8.7. A Comissão de Contratação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, se porventura necessários.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a ser encaminhado para o seguinte endereço eletrônico: licitacao.conceicaoodojacuipe@gmail.com;

11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente Edital terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar do primeiro dia útil seguinte ao da sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12.2. Durante todo o período de vigência do Edital, o credenciamento ficará permanentemente aberto para inclusão de novos interessados na lista de credenciados (art. 79, parágrafo único, I da Lei nº 14.133/2021).

12.3. A critério da autoridade competente, o prazo de vigência do Edital poderá ser prorrogado sucessivamente.

13. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. Os preços previstos neste instrumento poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços, nas seguintes situações:

13.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem o credenciamento e/ou a execução contratual, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

13.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços previstos;

13.1.3. Na hipótese de previsão no instrumento contratual, anexo deste Edital, de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

13.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13.2. A alteração ou atualização dos preços previstos para a contratação não implica a revisão automática dos preços dos contratos decorrentes do respectivo credenciamento.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O número de procedimentos contratados por credenciado pode ser reduzido ou alterado a qualquer momento, no interesse da Administração, sempre que houver a inclusão de novos credenciados ou o descredenciamento de alguns fornecedores ou a ampliação da oferta dos serviços na rede própria.

14.2. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração (art. 7º, XIV do Decreto Municipal nº 157/2024).

14.3. Os beneficiários dos serviços poderão denunciar irregularidades na prestação ou no faturamento através do seguinte e-mail: licitacao.conceicaodojacuipe@gmail.com.

14.4. É facultada à Comissão de Contratação ou à autoridade superior, a qualquer momento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

14.5. Este edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da Administração.

14.5.1. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133/2021.

14.5.2. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

14.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante o procedimento observarão o Horário de Brasília - DF.

14.7. Na contagem dos prazos previstos neste Edital observar-se-á o disposto no art. 183 da Lei nº 14.133/2021:

14.7.1. os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento;

14.7.2. os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

14.7.3. os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;

14.7.3.1. Na hipótese do subitem anterior, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.

14.7.4. nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade contratante.

14.8. Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

14.8.1. o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;

14.8.2. a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

14.9. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

14.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.12. As regras relativas à atuação da Comissão de Contratação estão estabelecidas no Decreto Municipal nº 157/2024 e no Decreto Municipal nº 443/2023, como preconiza o art. 8º, § 3º da Lei nº 14.133/2021; sem prejuízo do disposto nos anexos deste Edital que versem sobre a matéria.

14.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Jacuípe/BA segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, decretos municipais 157/2024 e 443/2023 e demais normas aplicáveis.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.licitanet.com.br (conforme artigos 79, parágrafo único, I e 174, § 2º, III da Lei nº 14.133/2021).

14.15. Os interessados em participar do credenciamento obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no endereço eletrônico <https://www.conceicaodojacuipe.ba.gov.br/site/licitacoes> e/ou na plataforma digital www.licitanet.com.br, bem como nas publicações do Diário Oficial do Município (D.O.M.), disponível no endereço eletrônico <https://www.conceicaodojacuipe.ba.gov.br/Site/DiarioOficial>, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.16.1. Anexo I - Termo de Referência;

14.16.2. Anexo II - Modelo de requerimento de participação no credenciamento;

14.16.3. Anexo III - Minuta de Termo de Contrato;

14.16.4. Anexo IV - Modelos de declarações.

Conceição do Jacuípe/BA, 15 de abril de 2026

TÂNIA MARLI RIBEIRO YOSHIDA

Prefeita Municipal



ANEXO I – Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA Conforme art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021
AQUISIÇÃO DE BENS
Credenciamento nº 001/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 14/2026
Processo Administrativo nº 37/ 2026
Legislação de regência: Lei Nacional nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 157/2024
OBJETO: credenciamento para a confecção de próteses dentárias sob medida, a fim de atender à demanda da população do Município de Conceição do Jacuípe/BA
ORÇAMENTO SIGILOSO () Sim (x) Não
FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, IV, c/c art. 79, I da Lei nº 14.133/2021
REGISTRO DE PREÇOS: () Sim (x) Não
SETOR DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Jacuípe/BA

1. DO OBJETO

1.1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À NATUREZA JURÍDICA

(x) Comum, na forma do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021

() Especial, na forma do art. 6º, XIV da Lei nº 14.133/2021

1.2. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO STATUS

() bens de luxo, na forma do art. 106, I do Decreto Municipal nº 443/2023

(x) bens de qualidade comum, na forma do art. 106, II do Decreto Municipal nº 443/2023

1.3. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À CONSTÂNCIA DA NECESSIDADE

() fornecimento contínuo, na forma do art. 6º, XV da Lei nº 14.133/2021

(x) fornecimento não contínuo ou contratado por escopo, na forma do art. 6º, XVII da Lei nº 14.133/2021

1.4. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

() serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, na forma do art. 6º, XVI da Lei nº 14.133/2021

(x) não se aplica

1.5. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO NÍVEL TÉCNICO EXIGIDO

() serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, na forma do art. 6º, XVIII da Lei nº 14.133/2021

(x) não se aplica

1.6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À MATERIALIDADE

() fornecimento de grande vulto [valor estimado supera duzentos milhões de reais], na forma do art. 6º, XXII da Lei nº 14.133/2021

(x) não se aplica

1.7. QUANTITATIVO/ESPECIFICAÇÕES:

ITEM	CÓDIGO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	07.01.07.0 12-9	612	Prótese Total Mandibular	R\$ 318,745098	R\$ 195.072,00
2	07.01.07.0 13-7		Prótese Total Maxilar		
3	07.01.07.0 09-9		Prótese Parcial Mandibular Removível		
4	07.01.07.0 10-2		Prótese Parcial Maxilar Removível		

1.8. PRAZOS DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

1.8.1. Os contratos decorrentes do presente credenciamento terão duração de 12 (doze) meses, conforme o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.8.2. A validade do credenciamento para esta contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, durante a vigência do edital, conforme interesse e necessidade da Administração.

1.8.3. Os prazos acima serão contados da divulgação da lista de credenciados na imprensa oficial e a partir da assinatura do Termo de Contrato por cada fornecedor, respectivamente.

1.9. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

1.9.1. O contrato, por ser de escopo predefinido, será prorrogado automaticamente quando seu objeto não for concluído no período firmado, na forma do art. 111, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

1.9.1.1. Se a não conclusão decorrer de culpa do contratado, este será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas cabíveis. A Administração também poderá, nesse caso, optar pela extinção do contrato e adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, concluiu pela viabilidade da presente contratação por meio de credenciamento.

2.2. Conforme exposto no referido documento, de acordo com o documento Saúde Bucal no SUS, elaborado pelo Ministério da Saúde (MS, 2018) e disponível no sítio eletrônico https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal_sistema_unico_saude.pdf, os resultados dos últimos levantamentos epidemiológicos nacionais indicam que a perda precoce de dentes é grave e o edentulismo se constitui, no Brasil, em um persistente problema de saúde pública. Entre os adolescentes (de 15 a 19 anos), 10,3% necessitaram de próteses parciais em um maxilar e 3,4% nos dois maxilares. Para os adultos, a necessidade de algum tipo de prótese ocorreu em 68,8% dos casos. Em idosos de 65 a 74 anos, 92,7% necessitam de algum tipo de prótese, sendo que 22,9% necessitaram de prótese total em, pelo menos, um maxilar e 15,4% de prótese total dupla (nos dois maxilares).

2.3. Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde – realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada em 2020 –, destacam que 34 milhões de brasileiros adultos (acima dos 18

anos) perderam 13 ou mais dentes, enquanto que outros 14 milhões vivem sem nenhum dente, após perdas ao longo da vida. De acordo com os dados extraídos do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB) (conforme o sítio eletrônico <https://sisab.saude.gov.br/>), no município de Conceição do Jacuípe/BA, houve 530 (quinhentos e trinta) exodontias no ano de 2025, corroborando com os dados nacionais.

2.4. Cabe salientar que o edentulismo (perda total ou parcial dos dentes permanentes), além de alterar a estrutura da boca, promove a redução da capacidade mastigatória, levando às alterações fonéticas e à diminuição da estética. Assim, o principal objetivo das próteses dentárias, sejam elas fixas ou removíveis, é a transformação da saúde bucal em todas as suas funções – estética, mastigação e fonética –, proporcionando um belo sorriso e aumentando a autoestima dos pacientes e, conseqüentemente, melhorando sua saúde física e mental, como demonstra o estudo desenvolvido por Olchik e outros (2013) na Revista Kairós Gerontologia, da PUC-SP, disponível no sítio eletrônico <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/18639/13828/46810>.

2.5. A partir da necessidade pontuada acima, verifica-se que o credenciamento é o “processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados” (art. 6º, XLIII da Lei nº 14.133/2021).

2.6. Trata-se, pois, de procedimento que possibilita à Administração Pública Municipal a contratação célere, impessoal, eficiente e isonômica dos diversos interessados que, ao serem convocados, serão contratados por valores justos, aos quais se submeteram voluntariamente.

2.7. Na legislação federal, o credenciamento é regulado especialmente no art. 79 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

2.8. No âmbito do Município de Conceição do Jacuípe/BA, foi editado o Decreto nº 157, de 16 de maio de 2024, para dar fiel cumprimento ao texto da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, detalhando a operacionalização do credenciamento na Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

2.9. Registra-se ainda que, no credenciamento é possível realizar contratações paralelas e não excludentes. Ou seja, torna-se viável e vantajosa, para a Administração, a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas o que assegura a ampliação da população abrangida pelos serviços prestados e garante diversidade de contratados, oportunizando experiência profissional e fomento econômico para o setor.

2.10. A Lei nº 14.133/2021 elenca o credenciamento como uma das hipóteses autorizadoras da contratação direta por meio de inexigibilidade de licitação:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

IV - Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

2.11. Por óbvio, nesse caso, é inviável a competição. Afinal, a Administração Pública impõe um preço e os interessados, habilitados a prestar o serviço em igualdade de condições – sem peculiaridades subjetivas que ensejem diferença considerável entre os resultados a serem obtidos –, devem atender aos desígnios do órgão ou entidade contratante.

2.12. Se o Poder Público define o preço, obviamente o faz sabendo ser o mais vantajoso. Se o particular a ele se submete, então é porque não o considera excessivamente oneroso. Todos ganham, visto se tratar de um processo que assegura a vantajosidade, impessoalidade, eficiência e isonomia aos interessados e à Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe/BA.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução compreende o credenciamento para a confecção de próteses dentárias sob medida, a fim de atender à demanda da população do Município de Conceição do Jacuípe/BA.

3.2. Os tipos de próteses a serem confeccionadas estão descritas no Quadro I, situado no item 1.7 deste TR.

3.3. A contratação não envolve custos com manutenção e assistência técnica, dadas as características do objeto.

3.4. O processo do serviço da confecção de próteses envolve três etapas: etapa 1. Modelagem da prótese junto ao paciente munícipe no local de Centro de Especialidades do município; etapa 2: prova da prótese para eventuais ajustes afim de evitar prótese com folga, apertada ou qualquer incomodo junto a sua articulação mandibular e etapa 3, que é a entrega da prótese finalizada.

3.5. A garantia do serviço pela empresa credenciada para eventuais ajustes, para além do descrito na etapa dois do item 3.4 deste TR, será de até 03 meses da entrega da prótese finalizada (etapa 03).

3.6. A garantia de durabilidade das próteses confeccionadas será de 03 anos à contar da sua entrega definitiva, salvo se o paciente tenha manipulado a prótese de modo inadequado.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Devem ser atendidos os seguintes requisitos de sustentabilidade:

4.1.1.1. Destinação ambientalmente adequada de resíduos hospitalares e/ou laboratoriais e materiais utilizados, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

4.1.1.2. Registro de informações por meios eletrônicos sempre que possível, inclusive através de sistemas de nuvem; evitando o desperdício de papel ou outros meios de armazenamento físicos, como *pen-drives*; HDs; computadores; etc.

4.2. Indicação de marcas ou modelos:

4.2.1. A Administração não indicará ou vedará o emprego de marca(s), característica(s) ou modelo(s), devendo o contratado, no entanto, se responsabilizar pela boa qualidade do produto fornecido na execução do objeto conforme seu arbítrio e materiais disponibilizados nas unidades do Município.

4.3. Carta de solidariedade:

4.3.1. A Administração não exigirá carta de solidariedade.

4.4. Subcontratação:

4.4.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Administração, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4.1.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente (art. 122, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

4.4.1.4. É vedada a subcontratação integral em contratos administrativos (Acórdão 1334/2024-TCU-Plenário).

4.4.2. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

4.5. Garantia da contratação:

4.5.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, apenas a garantia técnica prevista neste instrumento.

4.6. Outros requisitos:

4.6.1. A apresentação de requerimento de credenciamento implica em declaração de pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento.

4.6.2. Os credenciados deverão apresentar, como condição para a assinatura dos contratos:

4.6.2.1. Cópia do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento; e

4.6.2.2. Cópia do Alvará Sanitário, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal, dentro do prazo de validade.

4.6.3. Todos os dados e informações referentes aos pacientes devem ser tratados com sigilo e confidencialidade absolutos, de acordo com as normas éticas e legais estabelecidas. O acesso às informações pessoais dos pacientes deve ser restrito apenas a profissionais autorizados e diretamente envolvidos na execução do objeto.

4.6.4. Os fornecimentos devem estar em conformidade com as normas e regulamentações estabelecidas pelas autoridades de saúde em nível federal, estadual e municipal. Isso inclui o cumprimento das leis, portarias, resoluções, códigos de ética e outras normativas pertinentes que regem o funcionamento do sistema de saúde.

4.6.5. O contratado deve registrar as ocorrências havidas durante a execução do contrato, de tudo dando ciência ao contratante, respondendo integralmente por sua omissão.

4.6.6. O contratado deve responder, integral e exclusivamente, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto credenciado.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Local de entrega e horários admitidos:

5.1.1. O local para modelagem, prova e entrega da prótese confeccionada será no Centro de Especialidade do município de Conceição do Jacuípe seguinte endereço na rua Hipólito de Azevedo, nº 40, Centro, Conceição do Jacuípe-Ba, e horário a combinar com o centro odontológico.

5.2. Forma de fornecimento:

5.2.1. O fornecimento do objeto será feito a medida que forem realizados a modelagem e em seguida prova no Centro de Especialidades do município.

5.3. Condições de entrega:

5.3.1. O prazo de entrega das próteses para primeira consulta para moldagem (primeira etapa) e prova da moldagem (segunda etapa) do paciente é de 5 (cinco) dias úteis para cada etapa e 10 (dez) dias úteis para entrega final da prótese.

5.3.2. Caso não seja possível a entrega na(s) data(s) assinalada(s), a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48h de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3.3. Para a confecção das próteses, será obrigatório obedecer às fases descritas abaixo, sendo que cada fase deverá ser conferida e aprovada por um cirurgião-dentista designado pela Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Jacuípe/BA. Será de inteira responsabilidade do contratado o recolhimento e entrega dos produtos para esta conferência no endereço dentro do município de Conceição do Jacuípe/BA, determinado pela Secretaria Municipal de Saúde. Estas fases serão realizadas no endereço do contratado e deverão seguir as seguintes especificações:

5.3.3.1. Confecção de próteses totais superiores conforme as fases descritas abaixo (fases sob responsabilidade do Laboratório de Prótese):

5.3.3.2. confecção das moldeiras individuais;

5.3.3.3. confecção do plano de cera;

5.3.3.4. montagem dos dentes;

5.3.3.5. acrilização das próteses (dupla prensagem com caracterização ou não da gengiva e palato incolor quando necessário);

5.3.3.6. polimento das peças, quando houver necessidade de desgastes para a adaptação das peças;

5.3.3.7. os dentes estão incluídos na montagem pelo laboratório;

5.3.3.8. cada etapa deve ser obrigatoriamente aprovada e testada com o paciente pelo cirurgião-dentista responsável e, para isto, o laboratório deverá enviar e buscar o produto no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Jacuípe/BA.

5.3.4. Confecção de próteses totais inferiores conforme as fases descritas abaixo (fases sob responsabilidade do Laboratório de Prótese):

5.3.4.1. confecção das moldeiras individuais;

5.3.4.2. confecção do plano de cera;

5.3.4.3. montagem dos dentes;

5.3.4.4. acrilização das próteses (dupla prensagem com caracterização ou não da gengiva);

5.3.4.5. polimento das peças quando houver necessidade de desgastes para a adaptação das peças;

5.3.4.6. os dentes estão incluídos na montagem pelo laboratório;

5.3.4.7. cada etapa deve ser, obrigatoriamente, aprovada e testada com o paciente pelo cirurgião-dentista responsável e, para isto, o laboratório deverá enviar e buscar o produto no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Jacuípe/BA.

5.3.5. Todas as próteses deverão ser entregues acondicionadas em embalagens apropriadas, sem violação, amassados, deterioração ou quaisquer outros fatores que possam comprometer o uso ou a qualidade das mesmas, de acordo com as normas pertinentes em vigor no país.

5.4. **Garantia, manutenção e assistência técnica:**

5.4.1. O prazo legal de garantia técnica será de 90 (noventa) dias a partir da entrega definitiva ao paciente, por se tratar de fornecimento de produtos duráveis (art. 26, inciso I e II da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor).

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Disposições gerais sobre a gestão do contrato:

6.1.1. As partes contratuais deverão observar fielmente o pacto firmado, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 115 a 123, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial nos termos da lei e do instrumento contratual ou equivalente.

6.1.2. As comunicações entre o contratante e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.3.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do fornecedor contratado para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.4. A execução do contrato será fiscalizada por servidor(a) ou empregado(a) público(a), designado(a) pela autoridade competente nos termos da regulamentação municipal e do art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, observada a necessidade de prévia nomeação para a função.

6.1.5. Além de fiscal, será também designado(a) servidor(a) ou empregado(a) público(a) como gestor(a) do contrato nos termos da regulamentação municipal e art. 8º, § 3º da Lei nº 14.133/2021, observada a necessidade de prévia nomeação para a função.

6.2. Infrações e sanções administrativas:

6.2.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, aquele que:

6.2.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

6.2.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.2.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

6.2.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.2.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

6.2.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

6.2.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.2.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

6.2.2. Serão aplicadas ao (s) responsável (s) pelas infrações administrativas previstas no item 6.2.1 as seguintes sanções:

6.2.2.1. advertência;

6.2.2.2. multa;

6.2.2.3. impedimento de licitar e contratar;

6.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.2.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 6.2.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 6.2.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 6.2.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 6.2.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
 - 6.2.3.5. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 6.2.3.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.2.4. Pela inexecução parcial do objeto contratual, a Administração poderá aplicar, isoladamente, ao responsável, a pena de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do § 2º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2.5. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 6.2.1 deste Termo de Referência, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo calculada da seguinte forma:
- 6.2.5.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 6.2.5.2. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 6.2.1.5 e 6.2.1.7, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.
 - 6.2.5.3. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 6.2.1.6 e 6.2.1.8, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
 - 6.2.5.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de 27% (vinte e sete por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
 - 6.2.5.5. Para a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
 - 6.2.5.6. Para o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
 - 6.2.5.7. Para a inexecução parcial do contrato, a multa será de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- 6.2.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.2.1.2; 6.2.1.3 e 6.2.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e o impedirá de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.2.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 6.2.1.5; 6.2.1.6; 6.2.1.7; e 6.2.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 6.2.1.2; 6.2.1.3 e 6.2.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 6.2.6 deste termo de referência, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 6.2.8. A aplicação das sanções previstas no subitem 6.2.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano causado à Administração Pública.
- 6.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.2.9.1. Caso o contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.2.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, na forma do art. 157, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

6.2.11. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme art. 158, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

6.2.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, o Decreto Municipal 443/2023.

6.2.13. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste termo de referência, conforme o parágrafo único do art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, na forma do art. 160, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

6.2.15. Os atos previstos como infrações administrativas neste Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021 ou em regulamentos da Administração Pública deste Município que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei, como preconiza o art. 159, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

6.3. **Preposto:**

6.3.1. O Contratado não precisará manter preposto no local da execução do objeto durante todo o período de vigência do contrato, admitindo-se a sua disponibilidade para comunicação por via remota.

6.3.2. A Administração poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.4. **Gestor do Contrato** (Conforme art. 18 do Decreto Municipal nº 443/2023):

6.5. Secretaria Municipal da Administração, por intermédio do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, será responsável pela designação formal do gestor dos contratos celebrados pela Administração Municipal, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

6.5.1. coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;

6.5.2. manifestar-se em caso de prorrogação de contrato, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

6.5.3. acompanhar a execução do objeto, por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;

6.5.4. notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de processo administrativo sancionador;

6.5.5. ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual;

6.5.6. encaminhar pedido para instauração de processo administrativo sancionador;

6.5.7. realizar outras atividades compatíveis com a função.

6.6. **Fiscal(ais) do Contrato** (Conforme arts. 19 e 20 do Decreto Municipal nº 443/2023):

6.7. O fiscal de contrato tem, como finalidade, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e, preferencialmente, deve ser servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública designado pela Autoridade Máxima, ou por quem ela delegar.

6.8. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.9. A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Decreto Municipal nº 443/2023.

6.10. A função de fiscal de contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato e, especialmente:

6.10.1. Fiscalizar a execução do objeto do contrato, de acordo com o modelo de gestão previsto em contrato;

6.10.2. Apresentar ao gestor de contrato os relatórios de fiscalização;

6.10.3. Nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão-de obra em regime de dedicação exclusiva, verificar a regularidade do cumprimento, pelo contratado, de obrigações previdenciárias e trabalhistas;

6.10.4. Explicar ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;

6.10.5. Realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;

6.10.6. Avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos;

6.10.7. Determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto;

6.10.8. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

6.10.9. Determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;

6.10.10. Registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar o contratado acerca de irregularidades, assinalando prazo para correção;

6.10.11. Manter contato com o representante do contratado, promovendo as reuniões necessárias para a resolução de problemas na execução do contrato;

6.10.12. Manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;

6.10.13. Verificar a qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução do contrato;

6.10.14. Requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

6.10.15. Conferir as notas fiscais emitidas;

6.10.16. Receber provisoriamente o objeto do contrato; e

6.10.17. Comunicar infrações não saneadas e solicitar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções à empresa contratada.

6.11. Para o exercício de suas atribuições, o fiscal utilizará instrumentos para avaliação do cumprimento das obrigações e medição de resultados, conforme previsão contratual.

6.12. A fiscalização não exclui, nem reduz, a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública Municipal ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.13.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.13.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.13.3. a qualidade e a quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.13.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

6.13.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, e;

6.13.6. a satisfação do público usuário.

6.14. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do objeto e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.15. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e aos encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII, Título III, e no Capítulo I, Título IV, ambos da Lei nº 14.133/2021.

7. DOS CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do objeto:

7.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta.

7.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 dias a contar da intimação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades devidas.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias**, a contar do recebimento a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se o contratado

para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. **Liquidação:**

7.2.1. Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, adotará, na forma desse subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pelo contratado possui(em) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do contratante; d) o período respectivo de execução do contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para a Administração.

7.2.4. A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal do contratado mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste termo de referência.

7.2.4.1. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.4.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa, nos termos do art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

7.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.3. **Prazo para pagamento:**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** contados do recebimento da nota fiscal e validação pelo setor competente (item 7.2), sem prejuízo do que estabelece o art. 172, § 2º, inciso IV.

7.3.2. No caso de atraso por parte da Administração, os valores serão atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, *pro rata tempore*.

7.4. **Forma de pagamento:**

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente em favor do contratado.

7.4.3.1. Se o valor da multa for superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário.

7.4.4. A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

7.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver.

7.4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Modalidade:

8.1.1. A contratação será realizada mediante credenciamento dos interessados, com fundamento no art. 74, inciso IV, c/c art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a contratação paralela e não excludente de todos os que preencherem os requisitos estabelecidos pela Administração.

8.2. Serão credenciados todos os participantes que satisfizerem às exigências contidas neste Edital.

8.3. A Comissão de Contratação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, se porventura necessários.

8.4. Critérios de distribuição da demanda:

8.4.1. Serão credenciados todos os participantes que satisfizerem às exigências contidas neste Edital.

8.4.2. A Comissão de Contratação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, se porventura necessários.

8.4.3. A convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

8.4.4. Na existência de mais de uma empresa para prestação do serviço, será realizado um rodízio entre as mesmas pelo prazo de prestação do serviço de 04 meses cada, sem prejuízo suspensão do serviço em caso de finalização de saldo financeiro.

8.4.5. A ordem para convocação de eventual (is) empresa (as) habilitadas junto à plataforma digital será a ordem cronológica (horário e dia) de habilitação.

8.4.6. Os credenciados atenderão o Município em sistema de rodízio, desde que atendam ao que este edital estabelece.

8.4.7. Executado o serviço ou sendo chamado e não puder atender, será convocado o próximo da lista e assim sucessivamente.

8.4.8. Havendo mais credenciados do que a demanda da população conjacuipeense demandar o serviço de prótese bucal, poderá a Administração Pública Municipal considerar o rodízio de acordo com critérios de preferência na ordem que segue:

8.4.8.1. as instituições filantrópicas e sem fins lucrativos, conforme art. 25 da Lei federal nº 8.080/1990;

8.4.8.2. empresas sediadas no município de Conceição do Jacuípe/BA, vez que trará um melhor acesso ao serviço de saúde bucal;

8.4.8.3. as empresas e instituições que apresentem capacidade física instalada para atender ao maior número de próteses;

8.4.8.4. as instituições que prestam ou já prestaram serviços ao SUS.

8.4.8.5. À medida que forem deferidas novas adesões, os credenciados serão inseridos ao final da lista, obedecida a ordem de deferimento de habilitação dos docs. Junto a plataforma licitaneet.

8.4.8.6. Será realizada na última segunda-feira de cada mês uma nova análise e inclusão de potenciais credenciados, desde que atendido os critérios do Edital.

8.4.8.7. A Comissão de Contratação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, se porventura necessários.

8.5 Habilitação:

8.5.1 Os documentos previstos abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto da contratação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.

8.5.2 Habilitação Jurídica (conforme o caso):

8.5.2.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5.2.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5.2.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.5.2.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.5.2.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.5.2.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.5.2.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.5.2.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.5.2.9 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, *caput*, I e II da Lei nº 14.133/2021)

8.5.2.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.5.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.5.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

8.5.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.3.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.6 A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

8.7 O fornecedor deverá, ainda, apresentar as seguintes declarações, conforme disposto nos modelos a serem disponibilizados pela Administração, de que:

8.7.1.1.1 Não se encontra impedido ou com o direito de licitar suspenso perante o Município de Conceição do Jacuípe/BA, bem como não se encontra declarado inidôneo por órgão ou entidade em qualquer das esferas de Governo;

8.7.1.1.2 Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo de contratação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.7.1.1.3 Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.7.1.1.4 Os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

8.7.1.1.5 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.7.1.1.6 Tem ciência de que o valor da contraprestação que consta no instrumento convocatório compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data do seu requerimento de credenciamento e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no neste termo de referência (art. 63, I e § 1º da Lei nº 14.133/2021).

8.7.1.2 O fornecedor responsabiliza-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nas declarações prestadas.

8.7.2 Qualificação Econômico-Financeira:

8.7.2.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física, (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa SEGES nº 116, de 21 de dezembro de 2021), ou de sociedade simples;

8.7.2.2 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, II da Lei nº 14.133/2021);

8.7.3 Qualificação Técnica:

8.7.3.1 Comprovação de registro ou inscrição no Conselho Regional de Odontologia – CRO, em plena validade (art. 67, V, da Lei nº 14.133/2021);

8.7.3.2 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme modelo em anexo (art. 67, VI da Lei nº 14.133/2021).

8.7.3.2.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.7.3.3 Comprovante de cadastramento da empresa junto ao Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), que atesta a regularidade do estabelecimento de saúde junto aos órgãos do SUS.

8.7.3.4 Comprovação de aptidão para a execução de objetos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de pelo menos uma certidão ou atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso (art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021);

8.7.3.4.1 Para fins da comprovação de que tratam os subitens acima, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA	QUANTITATIVO TOTAL (100%)	COMPROVAÇÃO MÍNIMA 30%
Confecção de próteses dentárias	612	184

8.7.3.4.2 Serão aceitos atestados com quantidades mínimas de pelo menos 30% (trinta por cento) das parcelas de que trata o subitem acima.

8.7.3.4.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.7.3.4.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor (Conforme Parecer nº 00005/2021/CNMLC/CGU/AGU).

8.7.3.4.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.7.3.4.6 Os atestados deverão referir-se a fornecimentos prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.7.3.5 Apresentação de cópia do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) atualizado, nos termos do art. 4º da Portaria nº 1.646, de 2 de outubro de 2015, do Ministério da Saúde (art. 67, IV da Lei nº 14.133/2021).

8.7.3.6 Para efeito de verificação da qualificação técnica, as certidões e os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o previsto neste termo de referência, desde que, em qualquer caso, a Administração realize diligência para confirmar tais informações, nos termos do art. 50, *caput*, do Decreto Municipal nº 443/2023 (art. 67, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

8.7.3.7 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora (art. 67, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

8.7.3.8 Em caso de apresentação por fornecedor de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

8.7.3.8.1 caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio (art. 67, § 10, I da Lei nº 14.133/2021);

8.7.3.8.2 caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação (art. 67, § 10, II da Lei nº 14.133/2021).

8.7.3.9 Na hipótese do subitem anterior, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio (art. 67, § 11 da Lei nº 14.133/2021).

8.7.4 Documentação complementar para cooperativas:

8.7.4.1 Em se tratando de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.7.4.1.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, XI, 21, I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

8.7.4.1.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.7.4.1.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.7.4.1.4 O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, art. 107;

8.7.4.1.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.7.4.1.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.7.4.1.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.8 Disposições gerais sobre habilitação:

8.8.1 No caso de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1.1 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8.2 No caso de participação de consórcio de empresas, a qualificação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de qualificação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.8.2.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para a qualificação econômico-financeira para o consórcio em relação ao valor exigido para os fornecedores individuais.

8.8.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.8.3.1 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal (art. 12, V da Lei nº 14.133/2021).

8.8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.8.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8.6 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.7 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.8.8 Aos documentos que não mencionarem prazo de validade será atribuído prazo de 60 (sessenta) dias de eficácia, contados da data de emissão, salvo disposição contrária expressa em Lei.

8.8.9 A verificação pela Administração, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.8.10 Na análise dos documentos de habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

9 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.5 O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 195.072,00 (cento e noventa e cinco mil e setenta e dois reais)**, correspondendo ao limite máximo autorizado para execução contratual, sendo os pagamentos realizados conforme a demanda efetivamente atendida, mediante apresentação e aceitação dos produtos pela Administração.

9.6 Data de fechamento do orçamento estimado para a contratação: 03/02/2026

9.7 O (s) parâmetro (s) e metodologia adotados para a realização da estimativa de preços estão dispostos em anexo classificado, como preconiza o art. 6º, XXIII, "I" da Lei nº 14.133/2021.

10 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.5 A(s) dotação(ões) orçamentária(s) que proverá(ão) o pagamento da presente contratação será(ão) a(s) seguinte(s):

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA EXECUTORA:

3.1000.1001 – Secretaria Municipal de Saúde

FONTE:

1.500.1002 – Recursos não Vinculados de Impostos

1.600.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo

Federal - Bloco de Manutenção

1.600.3110 - Transf. de Recursos do SUS - Governo Federal - Bloco de Manutenção da ASPS -

Emenda Individual

PROJETO / ATIVIDADE:

2.045 - Programa Saúde Bucal – SB

ELEMENTO DESPESA:

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - PESSOA JURIDICA

10.6 A(s) dotação(ões) indicada(s) está(ão) sujeita(s) a alterações conforme as necessidades da Administração.

10.6.1 Se necessário, eventual alteração na dotação orçamentária será realizada através de apostilamento, como preconiza o art. 136, IV da Lei nº 14.133/2021.

11 DA PREVISÃO DO OBJETO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

11.5 O Município de Conceição do Jacuípe/BA não possui Plano de Contratações Anual previsto para o ano de 2026. Todavia, conforme o Decreto Municipal nº 443/2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 em âmbito municipal, a elaboração do referido plano é mera faculdade para a Administração Pública, consoante a dicção do seu art. 24, *caput*, bem como a do art. 12, VII da Lei 14.133/2021.



12 DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.5 Este Termo de Referência foi elaborado pela equipe de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Jacuípe/BA, por meio dos seus seguintes servidores:

NOME	CARGO / FUNÇÃO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
Silvana dos Santos Miranda	Assessora da Saúde	30040	Secretaria de Saúde

Conceição do Jacuípe/BA, 4 de março de 2026.

Silvana dos Santos Miranda



ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

MODELO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

(Preferencialmente em papel timbrado do interessado)

Ao(à) Presidente da Comissão de Contratação

Endereço: Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe, Bahia, CEP 44245-000

Ref.: Credenciamento Eletrônico nº ____ / ____

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº ____/____-__, sediada _____ **(endereço completo)** _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, cargo _____, **REQUER** o seu credenciamento para eventual contratação nos autos deste procedimento, manifestando, nesta oportunidade, o interesse em [fornecer os seguintes bens **OU** prestar os seguintes serviços), conforme previsto no instrumento convocatório:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
4						
5						
6						
VALOR TOTAL: R\$ ____ , ____ [valor por extenso]						

Declaro, nesta oportunidade que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram no campo próprio da plataforma digital www.licitarnet.com, conforme disposto no edital de credenciamento.

Declaro, ainda que conheço e me submeto a todas as exigências do edital de credenciamento acima referido e que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

Abaixo, constam os dados para a assinatura do contrato:

Representante Legal: _____ **(nome completo)**; () Sócio () Procurador*
Nacionalidade: _____; Estado Civil: _____; RG nº: _____;



CPF nº: _____; Telefone: _____; Celular: _____;
Endereço eletrônico: _____.

*** Em caso de procurador, juntar procuração junto à solicitação conforme modelo disponibilizado.**

Responsável técnico/Preposto: _____ (**nome completo**);
Nacionalidade: _____; Estado Civil: _____; RG nº: _____;
CPF nº: _____; Telefone: _____; Celular: _____.
Endereço eletrônico: _____
Inscrito(a) no conselho profissional competente sob o nº: ____ / ____ (**indicar conselho, se for o caso**)

Dados bancários para pagamento:

Nome do Banco: _____ Ag: _____ C/C: _____
Chave PIX: _____
Identificação do tipo de chave () Aleatória () Celular () CPF/CNPJ () E-mail

Localidade, ____ de _____ de _____

Assinatura

(Nome e assinatura do responsável, que comprove poderes para tal investidura)



ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXXX/2026 MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE – BAHIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº ____/____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE, ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA XXXXX, DE CPF/CNPJ Nº XXXXX

O **MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE**, Estado da Bahia, com sede na Rua João Hipólito Azevedo, s/n, Centro, CEP nº 44.245-00, Conceição do Jacuípe/BA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde inscrito no CNPJ sob o nº 11.322.978/0001-96, neste ato representado pela sra. **Tânia Marli Ribeiro Yoshida**, Prefeita Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e a **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, sediada em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADO(A), neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 037/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto Municipal 157, de 16 de maio de 2024; Decreto Municipal nº 443, de 28 de dezembro de 2023, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento nº 001/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

12.6 O objeto do presente instrumento é a aquisição de próteses dentárias sob medida, a fim de atender à demanda da população do Município de Conceição do Jacuípe/BA.

12.7 Quantitativo:

12.8 Este Contrato encontra-se vinculado, independentemente de transcrição, aos seguintes documentos:

- 12.8.1** Termo de Referência;
- 12.8.2** Edital do Credenciamento;
- 12.8.3** Requerimento de participação no credenciamento;
- 12.8.4** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

13 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAIS

13.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura deste instrumento, na forma do art. 105, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

13.5.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no prazo de execução originalmente previsto, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

13.6 O contratado não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.

13.7 A prorrogação do contrato somente poderá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

13.8 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado com declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação das referidas sanções.

14 CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE FORNECIMENTO

14.5 Os prazos, o regime de execução do objeto e o prazo de garantia dos produtos encontram-se pormenorizados no Termo de Referência, anexo deste instrumento contratual

15 CLÁUSULA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.5 A forma de gestão e fiscalização da execução contratual, observados os requisitos previstos no Decreto Municipal nº 443/2023, encontra-se pormenorizada no Termo de Referência, anexo deste instrumento contratual.

15.6 A execução do Contrato será fiscalizada por **Marcos Welbert Silva de Araújo**, matrícula nº 29877, enfermeiro servidor, designado pela autoridade competente nos termos da regulamentação municipal e do art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, através do Decreto Municipal nº 367/2025;

15.7 Além de fiscal, será também designada **Edna Barbara dos Santos**, matrícula nº 29876, coordenadora, como gestora do Contrato nos termos da regulamentação municipal e art. 8º, § 3º da Lei nº 14.133/2021, através do Decreto Municipal 367/2025.

16 CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme disciplinado no Termo de Referência.

17 CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

17.5 Pelos produtos objeto deste Termo, o contratante pagará ao contratado os valores unitários previstos no Edital de Credenciamento e seus anexos, proporcionais à quantidade efetivamente entregue pelo contratado.

17.5.1 Todos os fornecimentos a serem executados pelo contratado deverão estar previamente formalizados através de ordens de fornecimento, vedada a entrega sem autorização prévia e escrita do contratante, sob pena de nulidade imputável ao contratado e impossibilidade de indenização pelo todo efetivamente executado, sem prejuízo das demais sanções administrativas.

17.6 O limite financeiro estimado para o presente credenciamento é de **R\$ XXXXXXX,XX (por extenso)**, não podendo ser ultrapassado no somatório de todos os contratos firmados no procedimento em epígrafe, independentemente da quantidade de fornecedores credenciados.

17.7 O pagamento será realizado pela Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe/BA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

17.7.1 O valor unitário compreende os custos diretos e indiretos decorrentes dos fornecimentos, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, e demais despesas correlatas.

18 CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

18.5 Os critérios, prazos, condições de recebimento do objeto, liquidação da despesa, pagamento e forma de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento encontram-se pormenorizados no Termo de Referência, anexo deste instrumento contratual.

18.6 À Administração reserva-se o direito de suspender cautelarmente os pagamentos, caso os fornecimentos sejam realizados em desacordo com as especificações constantes no Edital de Credenciamento e seus anexos, sem prejuízo de abertura de processo administrativo específico destinado à apuração das responsabilidades.

19 CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

19.5 Reajuste em sentido estrito:

19.6 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado da presente contratação 24/02/2026

19.7 Após o interregno de um ano de que trata o subitem anterior, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de variação da Tabela SUS, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.8 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.9 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

19.10 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.11 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.12 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.13 O reajuste será realizado por apostilamento (art. 136, I da Lei nº 14.133/2021).

19.14 Reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro:

19.14.1 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento do Contratado quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

19.14.2 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

19.14.3 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, sob pena de preclusão.

19.14.4 O contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentados pelo Contratado.

19.14.5 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de

mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

19.14.6 A mera variação de preços de mercado, decorrente, por exemplo, de variações cambiais, não é suficiente para determinar a realização de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, sendo essencial a presença de uma das hipóteses previstas no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021 (Acórdão 18.379/2021-TCU-Segunda Câmara).

20 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.5 São obrigações do contratante:

20.5.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;

20.5.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

20.5.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto contratual, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

20.5.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

20.5.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

20.5.6 Comunicar-se com o Contratado para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143, *caput*, da Lei nº 14.133/2021;

20.5.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Contrato, quando necessário;

20.5.7.1 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

20.5.8 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

20.5.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

20.5.9.1 A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

20.5.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo estabelecido na Cláusula Oitava deste Contrato;

20.5.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21 CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO(A)

21.5 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

21.5.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

21.5.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados (art. 137, II da Lei nº 14.133/2021);

21.5.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados (art. 119, *caput*, da Lei nº 14.133/2021);

21.5.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos (conforme art. 120, *caput* e art. 139, III, “a”, ambos da Lei nº 14.133/2021);

21.5.5 Quando não for possível a verificação da regularidade em sistema eletrônico, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo determinado pela Administração e junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

21.5.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato (art. 121 da Lei nº 14.133/2021);

21.5.7 Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

21.5.8 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

21.5.9 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação na contratação direta;

21.5.10 Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, *caput*, da Lei nº 14.133/2021);

21.5.11 Comprovar, sempre que solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

21.5.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

21.5.13 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

- 21.5.14** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 21.5.15** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere;
- 21.5.16** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 21.5.17** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 21.5.18** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere;
- 21.5.19** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 21.5.20** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 21.5.21** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 21.5.22** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do Contrato;
- 21.5.23** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- 21.5.24** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 21.5.25** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 21.5.26** Promover a organização técnica e administrativa dos fornecimentos, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência ou instrumento equivalente, no prazo determinado;
- 21.5.27** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 21.5.28** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 21.5.29** Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, quando necessários à execução do Contrato;
- 21.5.30** Eximir-se de cobrar diretamente do paciente/beneficiário qualquer importância concernente às próteses entregues e responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do contrato firmado;

21.5.30.1 O Responsável Técnico pela execução contratual, formalmente designado pelo titular do serviço; e

21.5.30.2 O intermediador do contrato para figurar como seu interlocutor perante a Administração.

21.5.31 Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, desde que solicitado;

21.5.32 Apresentar a documentação exigida, a qualquer tempo pelo contratante;

21.5.33 Informar à Administração, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, qualquer alteração que importe a perda total ou parcial dos requisitos técnicos exigidos como condição para o presente credenciamento, indicando prazo para regularização da alteração;

21.5.34 Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Jacuípe toda e qualquer alteração de dados cadastrais, para atualização, bem como proceder à(s) alteração(ões) cadastral(is) no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, nos casos em que for necessário;

21.5.35 Permitir o acesso dos conselheiros da saúde para o controle social da produção, desde que devidamente identificados;

21.5.36 Apresentar relatório das atividades sempre que solicitado pelo fiscal ou gestor do contrato, devendo conter as informações necessárias indicadas pelo solicitante;

22 CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DA EXECUÇÃO

22.5 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

23 CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.5 As infrações e sanções administrativas, inclusive as multas aplicáveis e suas respectivas formas de cálculo, encontram-se detalhadas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

24 CLÁUSULA TREZE – EXTINÇÃO CONTRATUAL

24.5 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

24.6 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

24.6.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas e poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

24.7 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021; pelo descredenciamento do contratado; bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.7.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

24.7.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato (art. 137, III da Lei nº 14.133/2021).

24.7.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

24.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

24.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



24.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

24.8.3 Indenizações e multas.

24.9 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

24.10 O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

25 CLÁUSULA QUATORZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.5 A(s) dotação(ões) orçamentária(s) que proverá(ão) o pagamento da presente contratação será(ão) a(s) seguinte(s):

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

25.6 A(s) dotação(ões) indicada(s) está(ão) sujeita(s) a alterações conforme as necessidades da Administração.

25.6.1 Se necessário, eventual alteração na dotação orçamentária será realizada através de apostilamento, como preconiza o art. 136, IV da Lei nº 14.133/2021.

26 CLÁUSULA QUINZE – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

26.5 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

26.6 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

26.7 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante (art. 53, § 4º da Lei nº 14.133/2021), salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

26.8 Todos os registros que não caracterizem alteração do Contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

27 CLÁUSULA DEZESSEIS – DISPOSIÇÕES PERTINENTES À LGPD

27.5 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do Contrato, a partir da apresentação do requerimento de credenciamento no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

27.6 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

27.7 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

27.8 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

27.9 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

27.10 É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

27.11 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

27.12 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa Cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

27.13 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

27.14 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

27.14.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

27.15 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

27.16 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

28 CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO

28.5 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de até 10 (dez) dias úteis da data da assinatura, conforme previsto no art. 94, II da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo Sítio Eletrônico Oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

28.6 A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo acima indicado é condição indispensável para a eficácia deste Contrato e de seus aditamentos.

29 CLÁUSULA DEZOITO – DISPOSIÇÕES GERAIS

29.5 Constatada irregularidade no processo de credenciamento ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato observará o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

29.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato observar-se-á o teor do art. 183 da Lei nº 14.133/2021.

29.7 Considera-se iniciada a relação contratual apenas quando todas as partes houverem assinado o presente instrumento, admitia a assinatura eletrônica para este fim, ainda que utilizada por apenas uma das partes.

29.7.1 Caso alguma das partes se valha de assinatura eletrônica, será considerada a data da última assinatura eletrônica acostada ao Contrato como data da assinatura do Contrato.

29.8 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021; no Decreto Municipal 157, de 16 de maio de 2024; no Decreto Municipal nº 443, de 28 de



dezembro de 2023 e, subsidiariamente, segundo regulamentos federais aplicáveis, disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos, nesta ordem.

30 CLÁUSULA DEZENOVE – FORO

30.5 As partes elegem o foro da comarca deste Município, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata o art. 151 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Conceição do Jacuípe, Bahia, XX de XXXXXXXX de 2026

CAMPO DE ASSINATURAS	
<div>_____ CONTRATANTE MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE/BA CNPJ nº 14.225.740/0001-19 Tânia Marli Ribeiro Yoshida Prefeita Municipal</div>	<div>_____ CONTRATADO(A) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ nº XXXXXXXX Neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXX RG / CPF nº XXXXXXXXXX</div>



ANEXO IV – MODELOS DE DECLARAÇÕES

MODELO

TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS (PROCURAÇÃO)

(Preferencialmente em papel timbrado do interessado)

Ao(à) Presidente da Comissão de Contratação

Endereço: Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe, Bahia, CEP 44245-000

Ref.: Credenciamento Eletrônico nº ____ / ____

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº ____/____-__, sediada _____ (**endereço completo**) _____, através de seu representante legal Sr.(a) _____, cargo _____, **CREDENCIA** o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade (R.G.) nº _____, ____/____, C.P.F. nº _____-__, para representá-la perante o Município de Conceição do Jacuípe/BA, no processo de credenciamento supracitado, outorgando-lhe plenos poderes para apresentar solicitações, requerimentos, documentos e praticar todos os atos inerentes ao procedimento, inclusive interpor e desistir de recursos.

Localidade, ____ de _____ de _____

Assinatura

(Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa e assinada pelo representante legal. Sua assinatura deverá estar devidamente reconhecida em cartório ou acompanhada de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal e deverá juntar a comprovação dos poderes de representação do signatário. Será aceita a apresentação deste termo também na forma de escritura pública, desde que com mesmo conteúdo. Também serão aceitas procurações particulares firmadas eletronicamente, em qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura. Este termo pode ser dispensado se o responsável da empresa comprovar poderes por meio de Procuração Pública ou Contrato/Estatuto Social)



MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Preferencialmente em papel timbrado do interessado)

Ao(à) Presidente da Comissão de Contratação

Endereço: Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe, Bahia, CEP 44245-000

Ref.: Credenciamento Eletrônico nº ____ / ____

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____/____-____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade (R.G.) nº _____ e C.P.F. nº _____, **DECLARA** expressamente, sob as penas da Lei, que está ciente da proibição de empregar em trabalho noturno, perigoso ou insalubre **menores de 18 (dezoito) anos** e em qualquer outro tipo de trabalho **menores de 16 (dezesesseis) anos**, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; de acordo com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e com o art. 68, VI da Lei Nacional nº 14.133/2021.

Localidade, ____ de _____ de _____

Assinatura

(Nome e assinatura do responsável, que comprove poderes para tal investidura)



MODELO
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Preferencialmente em papel timbrado do interessado)

Ao(à) Presidente da Comissão de Contratação

Endereço: Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe, Bahia, CEP 44245-000

Ref.: Credenciamento Eletrônico nº ____ / ____

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº ____/____-____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade (R.G.) nº _____ e C.P.F. nº _____, **DECLARA** expressamente, sob as penas da Lei, que não se encontra impossibilitada de participar do credenciamento em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta, bem como não possui qualquer outro fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Declara, ainda, estar ciente de que o impedimento de que trata o parágrafo acima desta declaração será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica, nos termos do parágrafo primeiro do art. 14 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

Declara, por fim, que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha a alterar a sua atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira ou impedi-la de licitar ou contratar com o Poder Público.

Localidade, ____ de _____ de _____

Assinatura

(Nome e assinatura do responsável, que comprove poderes para tal investidura)



MODELO

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD), PARA APRENDIZ E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(Preferencialmente em papel timbrado do interessado)

Ao(à) Presidente da Comissão de Contratação

Endereço: Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe, Bahia, CEP 44245-000

Ref.: Credenciamento Eletrônico nº ____ / ____

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº ____/____-____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade (R.G.) nº _____ e C.P.F. nº _____, **DECLARA** expressamente, sob as penas da Lei, que atende à reserva de cargos prevista em lei para Pessoa com Deficiência (PcD) e para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991.

Declara, ainda, estar ciente de que deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas durante toda a execução do contrato e que sempre que solicitado pela Administração, deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere esta Declaração, com a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas; nos termos do art. 116 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

Declara, por fim, estar ciente de que constitui hipótese de extinção do contrato o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, na forma do art. 137, IX da Lei Nacional nº 14.133/2021.

Localidade, ____ de _____ de _____

Assinatura

(Nome e assinatura do responsável, que comprove poderes para tal investidura)



MODELO
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

(Preferencialmente em papel timbrado do interessado)

Ao(à) Presidente da Comissão de Contratação

Endereço: Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe, Bahia, CEP 44245-000

Ref.: Credenciamento Eletrônico nº ____ / ____

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº ____/____-____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade (R.G.) nº _____ e C.P.F. nº _____, **DECLARA** expressamente, sob as penas da Lei, que não mantém qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou com quem deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

Declara, ainda, não possuir vínculo de qualquer natureza com agente público do órgão ou entidade contratante ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, como preconizam os parágrafos primeiro e segundo do art. 9º da Lei Nacional nº 14.133/2021.

Localidade, ____ de _____ de _____

Assinatura

(Nome e assinatura do responsável, que comprove poderes para tal investidura)



MODELO

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DO CREDENCIAMENTO

(Preferencialmente em papel timbrado do interessado)

Ao(à) Presidente da Comissão de Contratação

Endereço: Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe, Bahia, CEP 44245-000

Ref.: Credenciamento Eletrônico nº _____ / _____

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____/____-____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade (R.G.) nº _____ e C.P.F. nº _____ e de seu responsável técnico, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade (R.G.) nº _____ **(o R.G. pode ser substituído por número de inscrição em conselho de fiscalização profissional)**, **DECLARA** expressamente, sob as penas da Lei, que conhece as condições locais para execução do objeto, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o órgão ou entidade contratante, nos termos do parágrafo 3º do art. 63 e inciso VI do art. 67, ambos da Lei Nacional nº 14.133/2021.

Localidade, ____ de _____ de _____

Assinatura

Assinatura

(Nome e assinatura do responsável legal e do responsável técnico da empresa)



MODELO

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA
PELO PODER PÚBLICO**

(Preferencialmente em papel timbrado do interessado)

Ao(à) Presidente da Comissão de Contratação

Endereço: Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe, Bahia, CEP 44245-000

Ref.: Credenciamento Eletrônico nº ____ / ____

Prezado(a) Senhor(a),

A cooperativa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº ____/____-____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade (R.G.) nº _____ e C.P.F. nº _____, **DECLARA** expressamente, sob as penas da Lei, que cumpre integralmente os requisitos elencados no art. 16 da Lei Nacional nº 14.133/2021 para participar de processos de contratação pública.

Declara, ainda, ter apresentado todos os documentos complementares exigidos cooperativas neste procedimento, conforme disposto no instrumento convocatório.

Localidade, ____ de ____ de ____

Assinatura

(Nome e assinatura do responsável, que comprove poderes para tal investidura)